

A implementação das obras da transposição do rio São Francisco na voz dos pequenos produtores rurais de Cabrobó – Pernambuco - Brasil

André Tomé de Assis

do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte – Brasil
andretomeformiga@yahoo.com.br

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini

do Programa de Pós-graduação em Geografia do Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais – Belo Horizonte – Brasil
ubaldini1@uol.com.br

Resumo: O São Francisco é considerado o rio da integração nacional. Atualmente, um projeto de transposição de suas águas chama a atenção dos brasileiros. Em Cabrobó, Pernambuco, será feita a primeira captação de águas do rio São Francisco para a sua transposição. Em seus documentos, ao fazer análises de colocações da “Articulação popular São Francisco Vivo”, a Comissão Pastoral da Terra (2013) aponta pequenos produtores rurais em Cabrobó, que estariam passando por transformações em seus lugares de vivência causadas pelas obras. Por meio da história oral destes pequenos produtores rurais e de suas percepções, serão demonstrados impactos sociais e ambientais das obras da transposição do rio São Francisco na zona rural de Cabrobó. Poderá ser observado que o não escutar das vozes dos pequenos produtores rurais pelos gestores das obras tem gerado uma série de dramas sociais e impactos negativos para este grupo de diretamente atingidos.

Palavras-chave: Transposição, rio São Francisco, pequenos produtores rurais.

Introdução

A história da transposição do rio São Francisco como solução para a seca no Nordeste do Brasil não é recente. A própria Coroa Portuguesa prometeu vender suas joias para contornar o problema. Mas, seria em 1856 que uma comissão teria sido criada para abertura de um canal entre o rio São Francisco e o Jaguaribe. Naquele momento, a obra não teria sido realizada por falta de tecnologia para bombear a água pela chapada do Araripe (COELHO, 2005, p.176).

Na década de 1960, o então deputado estadual Wilson Roriz do Crato, defendia a construção de um túnel de 242 quilômetros de extensão saindo de Lagoa Grande, em Pernambuco, até atingir Farias Brito, no estado do Ceará. Foi o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) que indicou a inexistência de tecnologias para bombear as águas (BORGES, 2002).

Em 1856, o engenheiro e físico Guilherme Schuch liderou uma comissão científica, em que foram apresentados instrumentos e técnicas de Engenharia com possibilidades para uma obra que levasse águas do rio São Francisco para o Jaguaribe. Estas análises começaram a passar por diversos debates e modificações (COELHO, 2005, p.176).

No período que compreende os anos de 1877 e 1879, ressurgiu com força o projeto de interligação das águas do São Francisco com as do Jaguaribe. Em 1958, propunha-se a construção de uma barragem perto de Cabrobó, PE, com a finalidade de se bombear dali água para o Ceará e o Rio Grande do Norte (COELHO, idem, p.176).

Na década de 1970, o DNOCS promoveu dois seminários para discutir a questão dos recursos hídricos da região nordestina, nos quais um dos temas centrais daqueles encontros foi a viabilidade técnica, econômica, social e ambiental do projeto de transposição. Nestes dois eventos, a ideia de trazer água do rio Tocantins também foi vista como uma alternativa (BORGES, 2002).

Em 1983, Márcio Andreazza, quando disputava a indicação de candidato a Presidente, propôs que 15% da vazão do rio São Francisco fosse desviada para o rio Jaguaribe (COELHO, 2005, p.177).

Por iniciativa do Departamento Nacional de Obras de Saneamento (DNOS), em 13 de janeiro de 1981 foram lançados os editais de concorrência para a realização dos “Estudos de pré-viabilidade para a transposição de águas dos rios São Francisco e Tocantins para a região semiárida do Nordeste”. A vazão a ser transposta do rio São Francisco ficou na pauta das discussões (acirradas), no período de 1983 a dezembro de 1994 (BORGES, 2002).

“Em 1993, no governo de Itamar Franco, reabriu-se a discussão propondo a construção de um canal em Cabrobó. No primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso foram incluídas duas transposições para levar água para a Paraíba.” (COELHO, 2005, p.178).

Em 1994, na sede do DNOCS em Fortaleza, foi elaborado um novo “Projeto de transposição de águas do rio São Francisco” que consta de 228 volumes, sendo uma das principais alterações do projeto original do DNOS a redução da vazão de 280 m³/s para 150 m³/s (BORGES, 2002).

Em 2001, houve uma crise energética com os chamados “apagões”. Isto chamou a atenção para a fragilidade do rio São Francisco. Outra questão importante levantada é de que vários foram os projetos de irrigação criados com sucesso no médio São Francisco. Evidenciou-se o desenvolvimento de inúmeras atividades empresariais na

região são franciscana que utilizavam a irrigação. As leis foram ficando mais claras e objetivas em relação às águas no Brasil, entre os quais a Lei Federal nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, que instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos (COELHO, 2005, p.180).

A fase da etapa evolutiva da elaboração definitiva do projeto de transposição de águas do rio São Francisco surgiu no primeiro mandato do Presidente Lula, tendo como Ministro da Integração Nacional o ex-governador do estado do Ceará, Ciro Ferreira Gomes, que defendeu o projeto e enfrentou fortes discordâncias, como a liderada pelo governador de Sergipe, João Alves e pelo senador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães, que se opunham de forma deliberada (BORGES, 2002).

Dentro de várias etapas para implementação do projeto, em 2004 foi lançado pelo Ministério da Integração Nacional o Relatório de Impactos Ambientais (RIMA) da obra e, em 2005, um Plano de Gestão, Controle Ambiental e Social da Obra. A Agência Nacional de Águas (ANA) concedeu em 22/9/2005 a outorga definitiva de uso da água ao Projeto de Integração do São Francisco. Em 2007, o exército brasileiro iniciou a construção dos chamados canais de aproximação, próximos ao rio São Francisco. A obra estava em 2014 prevista para ser inaugurada em 2015 (BRASIL, 2014).

O empreendimento passou a ter dois eixos: o eixo norte e o eixo leste. Além desta alteração, na concepção do novo projeto, a vazão de transposição passou a ser de apenas 26,00 m³/s, com a possibilidade de ser aumentada para 127,00 m³/s, quando o reservatório de Sobradinho estivesse cheio. O novo projeto passou a ser denominado de Projeto de integração do rio São Francisco com bacias do nordeste setentrional. Neste projeto não ficou prevista uma possível revitalização do rio São Francisco (BORGES, 2002).

Em 2011, o Ministério da Integração Nacional estabeleceu um novo modelo de licitação, contratação e acompanhamento das obras. Em 2014, as obras do Projeto de integração do rio São Francisco estariam apontando para mais de 51,3% de avanço, com construção de túneis, canais, aquedutos e barragens, o que seria a maior obra de infraestrutura hídrica do país (BRASIL, 2014).

Em Cabrobó, PE, as obras cortam diretamente diversas pequenas propriedades rurais, que enfrentaram e enfrentam uma série de problemas derivados da forma como a obra foi imposta e administrada.

As populações diretamente atingidas entendem o lugar onde elas vivem e elas sabem trazer respostas para diversas questões. No Brasil, historicamente essas

populações não são ouvidas no planejamento dos grandes empreendimentos, o que acarreta diversos problemas, como ambientais, sociais, econômicos e culturais; empreendimentos que têm transformado os lugares das pessoas em territórios de interesse político e econômico.

Este não escutar da voz destas populações trouxe no passado e parece estar trazendo no presente, nas atuais obras referentes às transposições, sérios prejuízos às comunidades diretamente atingidas pelas obras e a própria vida do rio São Francisco.

Souto (2001) aponta que em relação à transposição de rios, a literatura da área já levantou que algumas obras em outras partes do mundo foram consideradas como bem-sucedidas porque ouviram a população. Nos EUA, na transposição do rio Colorado, as populações foram ouvidas e houve uma intensa participação popular; uma obra considerada, por muitos, bem-sucedida.

A categoria lugar na Geografia orienta para o recorte e a compreensão do espaço a ser analisado na voz dos moradores diretamente atingidos.

A categoria território será utilizada para compreender a lógica do sistema capitalista e as questões políticas e econômicas em que estão inseridas a implantação de alguns grandes empreendimentos, como pode vir a ser ou estar sendo o caso da transposição. Este lugar estaria dando espaço aos territórios da globalização capitalista industrial.

Sendo assim, para se utilizar e compreender esta voz da população será utilizada a fenomenologia como base teórica na Geografia. Como procedimento metodológico para se colher a voz desta população será utilizada a técnica “História Oral”, em que se valorizam justamente os grupos que historicamente não tiveram sua voz utilizada em grandes empreendimentos.

Dentre outros autores, as teorias de Tuan (1980), de topofilia, percepção e lugar; de Santos (2003), referentes aos territórios da globalização; e de Thompson (1992), sobre história oral, foram reunidas para dar entendimento à transposição do rio São Francisco, na perspectiva do lugar para o global.

Inicialmente, foi feita uma pesquisa de exploração com levantamento bibliográfico das obras que já analisaram as transposições, dos documentos oficiais do Ministério da Integração Nacional, do material produzindo por ONGs, movimentos sociais e outros órgãos.

A partir deste material foram apontados agentes diretamente ligados à transposição, em que estes foram acessados por meio do recurso de uma entrevista aberta semiestruturada, onde foram entrevistadas cerca de dez famílias. Desta forma,

entende-se que esta entrevista funciona quase como uma conversa informal, com base em alguns pontos a serem pesquisados (BONI; QUARESMA, 2005, p.75).

Foram entrevistados funcionários da obra, do Ministério da Integração Nacional, de estados e prefeitura de Cabrobó, pesquisadores ou militantes envolvidos na transposição. As questões foram previamente definidas a partir também da literatura da área, já pesquisada. Isto tudo facilitou identificar melhor a população diretamente atingida pela obra.

Assim se chega até a fonte principal deste artigo: o relato oral dos ribeirinhos. Estes relatos podem ser inseridos, comparados e compreendidos com as outras informações, contrapondo o discurso dos dirigentes à voz dos diretamente atingidos (THOMPSON, 1992, p.25).

Alguns autores já apontaram para os problemas sociais que envolvem os diretamente atingidos pelas obras das transposições.

Segundo Coelho (2005), pode-se verificar análises equivocadas em torno da seca no Nordeste, onde se apontam para vultuosos gastos de recursos públicos em benefício de grupos privilegiados. A retirada de água que acontece no rio São Francisco para outros programas já estaria trazendo prejuízos para as populações ribeirinhas no curso natural do rio, e a água já não estaria sendo suficiente ou distribuída de forma regular. Haveria a falta de financiamento de projetos de irrigação para se utilizar terras que podem ser cultivadas no entorno do curso natural do rio São Francisco, e que em algumas dessas regiões já existe uma população carente que enfrenta graves problemas sociais relacionados à seca. Ele relata a necessidade de revitalização do rio e denuncia que houve uma imposição do projeto.

Castro (2011) também defende a necessidade de criação de programas de irrigação, tanto na bacia doadora quanto na receptora e uma revitalização do rio São Francisco que passaria por sérios problemas ambientais.

Esses dados já contrapõem os dados do Ministério da Integração Nacional (BRASIL, 2014), que afirma que a obra apresentava um baixo custo em relação ao que se teria de economia com os gastos no combate à seca e que a retirada de água do rio São Francisco seria de apenas 1% do total de suas águas não afetando gravemente o rio.

A Comissão Pastoral da Terra (2010) em seus documentos, fazendo análises de colocações da Articulação Popular São Francisco Vivo, aponta comunidades diversas, como pequenos produtores agrícolas, diretamente atingidas pelas obras da transposição. Neste sentido, foram identificados e entrevistados pequenos produtores

rurais que tiveram suas terras cortadas pelo canal e pelas obras da transposição. Esses pequenos produtores moram atualmente do lado de uma grande obra hídrica, mas sem acesso à água, portanto, não podem ser chamados de ribeirinhos, mas ficam na expectativa da chegada da água e por um tão sonhado título de ribeirinhos do rio São Francisco.

A ordem disposta das entrevistas obedece ao desenho geométrico do canal da transposição com suas obras, partindo de Cabrobó no rio São Francisco, até os limites do canal da transposição em Cabrobó, entre os municípios de Salgueiro e Terra Nova.

Para a apreensão da história oral da população foram sendo colhidos dados qualitativos, de caráter descritivo, emocional e afetivo por meio de entrevista não estruturada e não dirigida. A escolha e o número de entrevistados conseguiu um padrão rígido; procurou-se identificar ao longo do curso dos canais e das obras moradores que vivem próximos à área. As entrevistas tinham o objetivo de coletar dados referentes às questões históricas, às transformações e às expectativas geradas pelas transposições e a importância do rio São Francisco, com elementos representativos, como as responsabilidades, os interesses, as possibilidades de uso, as expectativas e a valoração.

Este estudo não teve a pretensão de colocar a história oral destes moradores como a de toda a população da área da transposição ou da bacia hidrográfica do rio São Francisco, que possui uma dimensão geográfica imensa, mas essas histórias demonstram como naquele lugar a história se apresenta.

É nessa discussão que se estabelece uma perspectiva de valorização da população atingida como um todo. Espera-se que no caso de transposição de rios, incluindo nesta obra que ainda não foi concluída, de ocupação de terras por lagos de usinas hidrelétricas, ou de vários outros grandes empreendimentos, possam ser avaliados os fatos aqui descritos e melhor acompanhados pelos seus gestores, não se esquecendo de ouvir a população que será ou que está sendo diretamente atingida, que muito entende do lugar de onde se vive.

DISCUSSÃO TEÓRICA

Um conhecimento básico da geografia física nos conceitos nas ciências sociais é útil, mas habilidades linguísticas podem desenvolver uma sensibilidade, de modo que se possa ler, por assim dizer, as entrelinhas de um texto. É ouvir o que não foi dito em uma conversação (CHRISTOFOLETTI, 1985, p. 160).

Partindo-se deste ponto de vista, dentro dos elementos que se têm para se apresentar as preocupações da geografia agrária e da própria geografia, o homem é um elemento singular. Onde se deve procurar compreender a relação do homem nesta síntese com outros elementos. E a voz do homem traz explicações importantes para essa compreensão.

O outro, o que vivência o meio ambiente, traz respostas para a compreensão do mesmo. Um visitante pode ao olhar um lugar e não perceber algo importante. É quem vive no lugar que sabe o que é importante para ele naquele espaço. “O fato de se estar com os olhos abertos não quer dizer que se veja a realidade, pois ela é percebida por meio de conceitos, símbolos, mitos, etc.” (OKAMOTO, 2002, p.21).

Tuan (1980) cita formas de relevo para descrever como as pessoas podem perceber e dar valor diferente para um espaço. Ele cita as montanhas, que já foram tidas como difíceis de serem habitadas e ao contrário por outros povos, ou em épocas distintas pelos mesmos povos como lugares sagrados: “A avaliação do meio ambiente pelo visitante é essencialmente estética. [...] O estranho julga pela aparência, por algum critério formal de beleza. É preciso um esforço especial para provocar empatia em relação às vidas e aos valores dos habitantes.” (TUAN, 1980, p.74).

Podemos pensar os lugares como as porções de mundo significativas, relacionadas aos espaços onde sujeitos constroem suas experiências, produziram espaço e fazem história, construindo suas representações de mundo. “A realidade objetiva inclui a percepção ambiental como fruto da experiência vivida e sentida, uma vez que o corpo humano não termina em seus limites físicos, estendendo-se nas coisas e nas pessoas com as quais se relaciona cotidianamente.” (SARTORI, 2000, *apud* BEIRO, 2007, p.6).

No caso do lugar atingido pela transposição do rio São Francisco, este lugar estaria dando espaço aos territórios do agronegócio. A categoria território será utilizada para se compreender a lógica capitalista e as questões políticas e econômicas em que está inserida a implantação de alguns grandes empreendimentos, como está sendo o caso da transposição.

O processo de urbanização e industrialização modificou intensamente a natureza e o modo de viver das pessoas. O capital, o capitalismo, a busca incessante por lucro nas últimas décadas tem mudado intensamente os lugares (GIRARDI, 2008).

Segundo Costa (2008), o processo de centralização e concentração do capital impresso na internacionalização da produção – uso intenso da técnica citada por Santos (2012) –, e todo o estoque de produção material que existe na face da terra: campos

plantados, edifícios, estradas, fábricas, mercadorias em geral, meios científicos, etc., é resultado do trabalho acumulado de milhares de gerações.

Esta situação nos remete muito ao surgimento da própria industrialização, onde trabalhadores foram intensamente sujeitos às condições exaustivas de trabalho. Fases como o Fordismo, demonstraram que o homem foi mecanizado. Usado em processos repetitivos na produção, vivendo em uma espécie de alienação, o que atualmente ainda pode ser expresso nos sistemas produtivos atuais. A divisão do trabalho realizada numa indústria passa hoje a ser uma divisão internacional do trabalho; e também em níveis globais e não só locais, a exploração do trabalho e do consumo interferem diretamente na vida das pessoas e da natureza.

Segundo Santos (2003), hoje temos um mundo confuso, onde há o progresso da ciência e da técnica, mas as explicações são mecanicistas e insuficientes, onde a História pode ter sido distorcida. E há uma fábula de discurso de mundo único onde na verdade existe é uma fábrica de perversidades globais.

Mas, Santos (2003) também cita que pode haver outra forma de globalização, um mundo melhor pode vir a ser, desde que haja uma globalização mais humana, com novos fundamentos sociais e políticos, onde se deve reconhecer outros fatos históricos, uma enorme mistura de povos, raças, culturas, gostos, uma verdadeira sociodiversidade, onde se deve haver uma reconstrução e sobrevivência das relações locais, um novo discurso, uma nova história.

Neste sentido, indicado por Santos (2003), é que se pode entender que um lugar pode vir a dar espaço a um território. As pessoas perdem seus lugares de vivência para os territórios da globalização capitalista industrial.

Existe um receio de que as obras da transposição possam vir a aniquilar os lugares das pessoas, para a implantação de um modelo urbano-industrial. Que o espaço rural tradicional da agricultura familiar possa vir a se tornar polos da agroindústria exportadora, excluindo os moradores locais dos benefícios do grande empreendimento. É preciso, portanto, ficar atento às carências e necessidades reais dos diretamente atingidos nos seus lugares de vivência.

A chegada das obras no espaço rural de Cabrobó

Os entrevistados contaram que desde 2006 houve uma movimentação de pessoas do Ministério da Integração Nacional na região. “O canal começou em torno de

2008, o início mesmo foi em 2006, julho de 2006, 07/01/2006.” (Entrevistado D).¹

Os primeiros contatos diretos do pessoal do Ministério da Integração vieram a se estabelecer nesta época. “O ministério foi o interlocutor, [...]. Aquele negócio aleatório.” (Entrevistado A) Eles explicaram que foi tudo muito rápido, e que eles não tiveram a oportunidade de estabelecer nenhum tipo de diálogo, seja com o Ministério da Integração, ou com as empresas, ou até mesmo com a prefeitura local.

Os entrevistados também disseram que não tinham nem tempo de pensar a quem recorrer, porque foi tudo muito rápido, a implantação da obra foi feita sem negociação. “Já vieram com os papéis da indenização, que era aquilo, e que se a gente quisesse aceitar ou não era aquilo mesmo. É pura sorte, se ele quisesse aceitar, pago, se não quisesse também fazia.” (Entrevistado A).

O representante do sindicato dos trabalhadores explica que eles fizeram protestos contra as obras. “Nós fizemos um protesto em relação aos danos que a transposição causa às famílias e tal.” (Entrevistado D).

Mas, ele explica que não houve sucesso. Todos os entrevistados reclamaram da falta de audiências públicas. Eles explicaram que as audiências que ocorreram foram mais para escutar a comunidade urbana.

O representante do sindicato acredita que por força política várias exigências legais para implementação de um grande projeto foram burladas para agilização do início das obras. “Também a questão política, não deixa de não ter. Esse canal, a obra assim, andou rapidamente em tempo de eleição, a obra que andou bastante e não olharam para o que causou nas comunidades que foram afetadas pela obra.” (Entrevistado D).

Ele explica que até hoje, depois de muita insistência ainda não conseguem ter um contato correto com o Ministério. “Raramente, raramente porque a gente vive tentando marcar reunião, e tem que ver uma data, dia. Um custo.” (Entrevistado D).

Diz que é difícil ver o pessoal do Ministério presente nas obras, mesmo no escritório regional das obras, no município vizinho, Salgueiro. “Dizem que não tem tempo, que estão viajando, e quando a gente pressiona para ver com o técnico, eles aparecem, depois desaparecem.” (Entrevistado D).

Explica que a situação dos diretamente atingidos é analisada como uma situação fora do contexto de realização da obra. O Ministério estaria preocupado com outras

¹ Os entrevistados estão identificados apenas por letras. O objetivo deste tipo de identificação é preservar a sua identidade, garantindo a ele um melhor conforto para que possa expor suas opiniões, sem grande receio de sofrer algum tipo de constrangimento.

questões do projeto de transposição, e os diretamente atingidos, seria algo a parte. “Então o ministério hoje, eles vêem com um olhar diferente, um olhar não da situação deles, a gente vê que o ministério muito pouco se preocupa com quem está sendo afetado.” (Entrevistado D).

E assim eles foram instalando as obras da transposição na zona rural de Cabrobó, a implantação do canal, a retirada de alguns agricultores do seu lugar de vivência, as alterações nas propriedades dos que ficaram. “Dois mil e oito, eles fizeram uma lista das propriedades e começaram as ações.” (Entrevistado D).

As indenizações e o descontentamento dos pequenos agricultores

Os agricultores citaram as indenizações como fato concreto do descaso dos gestores das obras da transposição em relação aos pequenos agricultores de Cabrobó. As indenizações foram irrisórias; o valor foi praticamente simbólico; que em hipótese alguma estariam cobrindo os reais valores que a realização das obras estaria causando.

E bem verdade é irrisório, é um negócio irrisório. A palavra mais correta é essa: “Irrisório”. Se é que pode ser considerado como indenização, porque indenização pelo meu entender, André, é aquilo que você recebe ressarcimento a um prejuízo que você tomou, mas aqui é o seguinte, você nem foi ressarcido e o prejuízo ficou (Entrevistado A).

Eles explicam que não tendo recebido de forma adequada uma indenização por danos, ficam na expectativa de que, com a chegada das águas nos canais, o principal riacho deles (riacho dos Bois), possa ser perenizado e eles venham a ter acesso a água, tanto quanto diretamente pelo canal, quanto pelo riacho, amenizando os prejuízos que estão tendo com a realização das obras. “Eu digo é um negócio para a gente ficar pobre, então o que o povo precisa aqui mesmo é água, e eu acho que dinheiro é uma coisa que a gente vai ganhar com água.” (Entrevistado A).

O agricultor conta que a realização das obras em suas terras foi imposta de forma arbitrária, uma imposição. “Era a mesma coisa de ela dizer assim, não a gente não aceita não, então nós não vamos dar nada, e vamos fazer.” (Entrevistado A).

Outro entrevistado lembra que não houve também a valorização das benfeitorias que as terras cortadas pelo canal possuíam. “Esse foi o problema, o preço não era valorizado, eles não valorizavam as propriedades do pessoal, muitas dessas foram em área produtivas, a qual tem o valor mais significativo.” (Entrevistado D).

Ele também explica que o gasto para organizar documentações que estavam pendentes levava o morador a ter prejuízo com a regularização da nova escritura do

terreno. “[...] gente que morava em Santa Catarina, em São Paulo, em todo o lugar, teve que vim procuração entre os filhos todinho, até a minha irmã pagou para vim, pagou Sedex [...]” (Entrevistado A).

Ele explica que houve resistências, mas que também com o decorrer do tempo houve ações judiciais que forçaram o deslocamento das pessoas. “[...] outros podem não aceitar. Eu acho que há mais de dois anos que tem um pessoal lá na comunidade, o Senhor “M” passou mais de dois anos na sua casa. [...] Ele saiu há pouco tempo, devido a uma ordem judicial [...]” (Entrevistado D).

Ele também explica que as pessoas que perderam suas terras por possuírem laços tradicionais de cultivo da terra, por serem agricultores, buscaram comprar novas terras na região, mas como as especulações dos preços da terra vieram junto com as obras da transposição, eles tiveram dificuldade de fazê-lo.

Assim, a obra foi imposta e os prejuízos ficaram. Sem muita expectativa positiva eles aguardam a chegada das águas transpostas e depois dessas indenizações não tiveram retorno ou qualquer apoio do Governo. “Não, nunca mais vieram aqui não. Nem para dar bom dia e nem muito obrigado. Nem bom dia e nem muito obrigado mais.” (Entrevistado A).

O corte nas propriedades por onde o canal da transposição passa e os prejuízos aos moradores

Uma reclamação de todos os entrevistados que tiveram a efetivação da construção do canal em suas terras, foi a de que o canal divide a propriedade em duas partes. “Com essa obra vão ter que andar dois, três quilômetros para poder atravessar dentro da sua propriedade, então são coisas que acabam até desânimo essas famílias.” (Entrevistado D).

O gado, os caprinos eram criados livres, aproveitando todo o espaço que eles possuíam e isso ficou inviabilizado. “[...] pegou uma parte do lado de cá, a outra parte está do outro lado. [...] o gado assim em época de estiagem tinha para onde sair, hoje não tem.” (Entrevistado A).

A divisão dessas propriedades também inviabiliza o uso de certas benfeitorias e o uso total da terra da forma como eles estavam acostumados. “Vamos supor que o curral fez de um lado e o espaço para os animais pastarem ficou do outro, e ainda corre o risco desses animais caírem no canal também, é todo um processo que o pessoal tem que se adaptar.” (Entrevistado D).

Os entrevistados reclamaram que deveriam existir telas de proteção ao canal, visto que animais já caíram dentro dele. “Passarela e com proteção, porque até animais já caíram no canal, acabam caindo mais a noite.” (Entrevistado D).

O canal corta não apenas as propriedades, mas como explicado de forma poética por um entrevistado, corta também os corações dos moradores. As pessoas se sentem feridas e a não observância por parte dos gestores da obra das fragilidades econômicas e das necessidades da população atingida geram até casos de neuroses. “[...] na verdade dependiam daquele pedaço de terra ou tinha um local para soltar os animais, de repente se vê cerceado no usufruto do que é seu, tem que endoidecer mesmo.” (Entrevistado A)

O entrevistado explica que num determinado caso, o canal passou justamente na melhor parte do terreno de um morador, onde tinha a melhor terra, mais produtiva, deixando o morador sem capacidade produtiva. “O dono quase endoida depois, deram uma mixaria pra ele, era o único terreno que ele tinha, onde tinha a parte agrícola ficou a parte do canal.” (Entrevistado A).

Isto acabou deixando o morador numa situação de extrema pobreza. “Depois que foram calcular direito, não pagou nem a porteira do terreno, ele perdeu o terreninho dele, que hoje está todo cheio de buracos, perdeu e recebeu vinte mil reais.” (Entrevistado A).

Neste caso, o entrevistado acredita que era melhor que o afetado recebesse um novo terreno. “É onde entra a falta de estudo e de sustentabilidade da coisa, se você sabe que vai desalojar um agricultor desses, porque não reassentá-lo, é o caso dele.” (Entrevistado A).

A atuação das empresas e as expectativas de inauguração das obras

Em relação ao futuro da região, os moradores demonstraram não acreditarem muito na efetivação das obras. “Dois mil e seis. Está com sete anos. E tem uma coisa, diz que vão inaugurar em 2014, 2015, não vai não.” (Entrevistado A).

Citam a grande quantidade de obras que precisam ficar prontas para concluir a transposição e acreditam ser muito difícil de ser realizado em pouco tempo. “De maneira alguma, tem tanta coisa para fazer aí que isso aí jamais vai acontecer em 2014 ou 2015, tem uma bacia aqui que começaram agora.” (Entrevistado A).

Em relação de como funcionará a obra depois de pronta, eles reclamam que não possuem muita informação sobre isso, que o Ministério da Integração não faz nenhum esforço em esclarecer isso a eles.

Segundo todos os entrevistados, até agora a obra só trouxe prejuízo para eles. “A gente espera que vinha melhorar a vida desse pessoal e não a piorar como está acontecendo.” (Entrevistado D).

Este entrevistado acredita que após o término da obra haverá desemprego; ele também explicou que muitos trabalhadores se envolveram em dívidas e não tem a consciência que estão apenas em um emprego temporário.

Como positivo, mas, temporário, citam essa a contratação de mão de obra, mas assim olham com receio para o futuro. “Foi empregado, ganhou dinheiro, alguns souberam administrar, porque fizeram suas casas, montaram seus comérciosinhos, outros não, desceram a madeira a gastar, daqui a pouco a obra para, vão fazer o quê?” (Entrevistado A).

Um entrevistado explica que as contratações são até mesmo temporárias, não deixando nenhum benefício trabalhista ou duradouro. “Tem uma empresa aí, que eu não sei o nome, ela pega cinquenta funcionários hoje, quando é daqui a dois meses dá licença, eu não entendo como é esse negócio aí.” (Entrevistado A).

Outra reclamação é de que as mesmas estradas que as empresas usam para trafegar com seus caminhões, são as mesmas que as comunidades têm para trafegar. “Outra coisa também em relação às empresas, hoje elas estão trafegando onde a população, as comunidades também estão trafegando por essas rodagens.” (Entrevistado D).

E isto estaria gerando acidentes, tanto com pessoas, quanto com animais. “E a gente vê muito acidente, o trajeto tem grande tráfego de caminhões e trânsito, acontecia de bater em jumentos, hoje a gente não vê mais jumento.” (Entrevistado D).

E os acidentes não seriam apenas com animais, mas também com atropelamento de pessoas. “Sim, e acidente de moto, acidente com carro também, acontecem acidentes quase diariamente, os caminhões das empresas chegam a ultrapassar cem quilômetros por hora.” (Entrevistado D).

O entrevistado explica que a maior parte das comunidades rurais em Cabrobó não tinha estradas direito, e que agora usam as criadas pelas obras, mas são estradas criadas para o tráfego das máquinas, dos caminhões e não de moradores. “Boa parte delas foi criada esse ano.” (Entrevistado D).

As poucas estradas que existiam também foram alteradas e o uso delas foi dificultado. “As outras estradas foram cruzadas e essa hoje não tem mais, porque as estradas foram sendo aterradas também e então não tem mais como andar pelas

estradas que antigamente a gente andava e somos obrigados andar por essas.” (Entrevistado D).

A maior parte dos moradores no passado não tinha acesso a veículos, mas agora, com a chegada das empresas e a contratação de moradores locais, o entrevistado explica que muitos jovens tiveram como comprar suas motos, que é um meio de transporte mais barato e comum hoje em Cabrobó.

O entrevistado também cita outro fato marcante nesta presença de grande número de homens em Cabrobó. Alguns teriam se relacionado com mulheres da região, ido embora e deixado mulheres grávidas.

Pessoas de fora, de outro estado, pessoal de Minas Gerais, pessoal de São Paulo, outros estados, que vieram para cá, para a obra, até motorista de caminhões, os peões, que trabalhavam, mas que tiveram que ir trabalhar em outros municípios, ou que voltaram para suas terras e os filhos ficaram sem conhecer seus pais (Entrevistado D).

Considerações finais: o uso do rio São Francisco e a expectativa do uso das águas transpostas

Os moradores explicam que mesmo morando muito perto do rio São Francisco, nunca tiveram acesso a água do rio. “É um município que é mais perto [...] são comunidades banhadas pelo rio São Francisco, e tem a fartura de água [...] nós somos comunidades que somos banhadas pelo rio São Francisco, mas não usufruímos dessa água.” (Entrevistado D).

O entrevistado explica que eles, como pequenos agricultores, só têm acesso direto às águas do rio São Francisco quando migram diretamente para suas margens. “Esses períodos de seca que ele falou anteriormente. A gente migra para o Rio São Francisco.” (Entrevistado A).

Nestes períodos de migração eles trabalhavam nas margens do rio São Francisco numa espécie de parceria com os donos das terras. “A gente tem que arrendar, aí já depende da boa vontade deles lá, e quando tem para poder arrendar para a gente trabalhar.” (Entrevistado A).

O entrevistado explica que já houve períodos de seca muito forte, e que eles não tinham outra opção, senão migrar. “82, 83, 84 e em 93, foram cinco anos de seca.” (Entrevistado A).

Ele explica que nesta época eles não possuíam nenhuma estratégia de acesso a água em seus terrenos. “Porque nessa época que eu estou te falando a gente não tinha

água encanada, a gente não tinha nada, aí o cara tinha que sair fora daqui, ou saia fora ou morria de sede, hoje não.” (Entrevistado A).

Neste ponto, o entrevistado indica que pequenas obras podem ajudar na distribuição da água e acredita que a obra da transposição, por ser uma obra de grande magnitude, não irá ajudar os pequenos produtores, visto que eles que sempre moraram tão perto do rio, nunca tiveram acesso a água dele. Ele cita a adutora de Salgueiro e a perenização do riacho dos Bois por Terra Nova. Obras que funcionam muito no acesso à água em Cabrobó.

Sem sombra de dúvida o acesso à água através do canal da transposição é um bem desejado pelo povo que trabalha com a agricultura familiar de Cabrobó. Mas, é também na reclamação de como a obra atrapalha o modo de como estes trabalhadores já conseguiam água, que se depositam várias reclamações.

Um entrevistado lembra que o problema da seca sempre foi um constante para eles, e que antes da chegada da transposição eles tinham formas tradicionais de enfrentamento dela, o que não foi respeitado. Práticas que mesmo ao ver de muitos pareçam arcaicas, como o aproveitamento das águas das chamadas cacimbas (aproveitamento de águas nos leitos de córregos secos), eram práticas válidas. “A região infelizmente tem o problema da seca, então é uma região muito seca, estamos aprendendo a conviver com a seca, então o pessoal hoje em dia sabe como se virar para se adaptar ao clima da região.” (Entrevistado D)

Essa fala deste entrevistado pode permitir que se faça uma reflexão em torno de uma citação de Tuan. “Frequentemente tem se afirmado que em uma era pré-científica as pessoas adaptavam-se à natureza, enquanto agora elas a dominam.” (TUAN, 1987, p.287).

Tuan (1987) explica que em busca de um chamado paraíso, muitas vezes as pessoas tentam equilibrar os fenômenos geográficos. O muito quente ou frio, úmido ou seco; são organizados. Mas, as visões de mundo são diferenciadas. O homem moderno tem buscado dominar a natureza, enquanto as sociedades tradicionais buscam adaptar-se a ela.

Esta foi uma percepção importante na pesquisa. Os agricultores da Cabrobó possuíam formas de produção que não necessitavam de tanta água. Existe um receio de que grande quantidade de água transposta possa ser encaminhada para grandes empreendimentos agrícolas, fazendo com que esses pequenos proprietários se tornem apenas mão de obra e não possuam mais acesso à terra.

Portanto, como explicado por Tuan, o que acontece é que o modo de produção local e a sobrevivência dessas pessoas não são respeitados e a busca pela dominação da natureza, incluindo a dominação do lugar das pessoas, acontece.

Um agricultor explica que mesmo com as dificuldades continuam trabalhando na agricultura e na pecuária. Os entrevistados demonstram ter um imenso apego à terra e ao seu modo de produzir. “Água encanada hoje, mas só água para consumo humano. Para os animais tem umas matas, por sinal estava na minha rota hoje cavando poços para os animais beber.” (Entrevistado A)

Esta fala deste entrevistado também nos remete às teorias de Tuan. Por exemplo, para se compreender a relação de um pequeno agricultor e sua relação com a terra. “O apego à terra do pequeno agricultor ou camponês é profundo. Conhecem a natureza porque ganham a vida com ela.” (TUAN, 1980, p.111).

A comunidade rural de Cabrobó demonstra ter uma relação íntima com a terra e um prazer em trabalhar com a agricultura e a pecuária. Apesar de que para uma pessoa que não é da região, a terra possa ter aparência de não fértil, de não produtiva, o povo local conhece formas de produzir e se sentem realizados de o fazer.

Segundo Tuan (1980), o agricultor se insere de tal modo no seu ambiente que traz no seu corpo físico as marcas do trabalho. Este sentimento de fusão com a natureza não é simples metáfora. “Os músculos e as cicatrizes testemunham a intimidade física da dependência material e do fato de que a terra é um repositório de lembranças e mantém a esperança. A apreciação estética está presente, mas raramente é expressada.” (TUAN, idem, p. 111).

O sentimento com a terra aparece com um sentimento de amor. Segundo Tuan (idem, p.111), um trabalhador assalariado pode se sentir escravo da terra, mas, um pequeno produtor proprietário de uma pequena propriedade pode ver na terra o símbolo de sua sobrevivência.

Compreendendo a relação que a pessoa possui com seu meio ambiente, podemos compreender também o seu elo de pertencimento ao lugar. “Topofilia é o elo afetivo entre as pessoas e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal [...]” (TUAN, 1980, p.5).

Segundo Tuan (1980), o ser humano pode criar laços de afeto ao seu espaço de vivência “O amor humano por lugar ou topofilia.” (TUAN, idem, p.106).

Dependendo das dificuldades que a terra pode oferecer para um agricultor, ele pode sentir orgulho da sua terra, da sua capacidade de usá-la, mesmo com as

dificuldades. “O apego a um lugar também pode, paradoxalmente, aparecer da experiência com a intransigência da natureza.” (TUAN, 1980, p.112).

Essas ideias podem explicar esta questão desta relação dos agricultores de Cabrobó com a seca e as dificuldades que possuem para lidar com a terra, mas que não os deixa abandonar o campo. “[...] constantemente têm que lutar contra a ameaça da seca e das tempestades de poeira. [...], os que ficam parecem desenvolver um estranho orgulho em sua habilidade de leva a vida.” (TUAN, 1980, p.112).

Alguns ambientes por mais que dificultem a sobrevivência humana podem gerar aos seus moradores uma satisfação social, um bem-estar.

No mundo moderno as comunidades pesqueiras, de modo geral, são pobres quando comparadas com comunidades agrícolas no interior, e se elas suportam este modo de viver, não é tanto pela recompensa econômica, senão pelas satisfações obtidas deste estilo de vida ancestral e tradicional (TUAN, 1980, p.132-133).

Essas teorias de Tuan se encaixam perfeitamente no que foi visto na realidade dos agricultores da área ocupada pelas obras da transposição; os agricultores possuíam uma habilidade de lidar com a seca e tinham orgulho de sua capacidade de produção, produção esta que garantia a sua sobrevivência.

Neste sentido, percebe-se que a região é considerada pelos agricultores locais como produtiva e que outras soluções para a seca são mais cabíveis do que a transposição do rio São Francisco. Mas, já que se está ocorrendo a transposição, que a obra valorize o povo local, seus conhecimentos e suas necessidades.

Um morador disse que as pessoas conhecem a região, moram há muitos anos ali e poderiam dar informações úteis, mas, que quando querem falar, se sentem humilhados pelas autoridades.

Ele explica que as audiências públicas, que são exigência legal para a implementação destes grandes empreendimentos, foram realizadas; no entanto, de forma arbitrária e sem respeito aos agricultores locais. “Na verdade eu acho que faltou as audiências públicas que aconteceram na cidade. Eu participei de algumas, mas foram muito mal divulgadas.” (Entrevistado A).

Concluindo, pode se perceber que a voz da população ribeirinha diretamente atingida é desprezada. Existe um preconceito em relação a essa população, uma desvalorização do conhecimento popular da região. Uma valorização excessiva do conhecimento técnico, em detrimento do conhecimento popular. Neste sentido, valorizam-se mais as pessoas de fora do lugar onde será implementado o grande empreendimento.

Espera-se que, cada vez mais, a produção técnica e científica valorize as comunidades tradicionais e, com seu conhecimento, possam ser mais bem geridos os empreendimentos.

Implementation of the São Francisco river transposition addressed by family farmers in Cabrobó

Abstract: São Francisco River is considered the river of national integration. A project of transposition of its waters is attracting the country's attention, today. The first transposition of S Francisco River waters will be made in Cabrobó, located in the state of Pernambuco. One of the documents analyzing the social impacts of the transposition, denominated "Sao Francisco River Transposition Popular Articulations", the Pastoral Land Commission (2013) points to the fact that family farmers are suffering negative changes in their way of life due to the implementation of this project. Presenting oral reports provided by these family farmers expressing their perceptions, this article attempts to describe the impact of the implementation of the the Sao Francisco River transposition on the rural area of Cabrobó. It was observed that the voices of these family farmers have been ignored by the government, generating a series of social dramas and having a negative impact on those directly involved.

Keywords: Transposition, São Francisco River, Family farmers.

REFERÊNCIAS

AMORIN FILHO, Oswaldo Bueno. Topofilia, topofobia e topocídio em Minas Gerais. In: DEL RIO, Vicente Oliveira. (Org.). **Percepção ambiental: A experiência brasileira**. 2.ed. São Paulo: UFSCAR/Studio Nobel, 1999. p.139-152.

AMORIN FILHO, Oswaldo Bueno. Orientação concedida pelo professor em 10 de maio de 2014, realizada na PUC/MG em Belo Horizonte, MG.

ARAÚJO SEGUNDO NETO, Francisco Vilar de; VIANNA, Pedro Costa Guedes; SILVA, Rejane da; SILVA, Natieli Tenório da. Análise espacial do eixo leste da transposição do rio São Francisco no Estado da Paraíba. In: **Anais EGAL**, 2013. Disponível em: <<http://www.geociencias.ufpb.br/leppan/gepat/files/texto01.pdf>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

BONI, Valdete; QUARESMA, Jurema Sílvia. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. In: **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, p.68-80, jan.-jul./2005. Disponível em: <http://www.emtese.ufsc.br/3_art5.pdf>. Acesso em: 18 jun. 2013.

BORGES, Cássio. Síntese da história da transposição do rio São Francisco. Diário do Nordeste. 2002. Disponível em: <<http://blogs.diariodonordeste.com.br/robertomoreira/sintese-da-historia-da-transposicao-do-rio-sao-francisco/>>. Acesso em: 7 jan. 2014.

BOTTURA, Giovana. **A compreensão das formas de relação da população com o meio ambiente: estudo de caso no reservatório de Salto Grande (Americana – SP)**. 1998. 122f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Engenharia Ambiental. Universidade de São Paulo, São Carlos, SP, 1998.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. RIMA – Relatório de Impactos Ambientais. **Projeto de Integração do rio São Francisco com bacias hidrográficas do nordeste-setentrional**. 2004. 136p. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/c/docume>>

nt_library/get_file?uuid=ceeff01f-6440-45da-859b-9acd1bfa87cf&groupId=66920>.
Acesso em: 3 abr. 2014.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Plano de gestão, controle ambiental e social das obras, PBA 01**. 2005. 15p. Brasília, DF. Disponível em: <<http://www.mi.gov.br/plano-de-gestao-supervisao-e-auditoria-ambiental>>. Acesso em: 5 mar. 2014

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **O que é o projeto?**. 2014. Disponível em: <<http://www.integracao.gov.br/pt/web/guest/o-que-e-o-projeto>>. Acesso em: 20 jan. 2014.

CASTRO, César Nunes de. **Impactos do projeto de transposição na agricultura irrigada no nordeste setentrional**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2011.

COELHO, Marco Antônio Tavares. **Os descaminhos do São Francisco**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Atingidos pela transposição participam do plenário do São Francisco**. Salvador, BA, 2010. Disponível em: <http://cptba.org.br/joomla15/index.php?option=com_content&view=category&layout=blog&id=61&Itemid=72>. Acesso em: 19 jun. 2013.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA NORDESTE II. **Comunidade quilombola Jatobá aprova laudo antropológico e dá mais um passo na luta pela demarcação do seu território**. Disponível em: <<http://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias-do-campo/59-pe/3830-comunidade-quilombola-jatob%C3%A1-aprova-laudo-antropol%C3%B3gico-e-d%C3%A1-mais-um-passo-na-luta-pela-demarca%C3%A7%C3%A3o-do-seu-territ%C3%B3rio.html>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

COSTA, Edmilson. A natureza da concentração e centralização do capital do Brasil. *In: A globalização e o capitalismo contemporâneo*. São Paulo: Expressão Popular, 2008. p.69-103. (Série Debates e Perspectivas)

GEORGE, Pierre. **Os métodos da Geografia**. 2. ed. Difel: São Paulo, 1986.

GIRARDI, Paulon Eduardo. **Atlas da questão agrária brasileira: Espaço geográfico e território: conceitos-chave para a Geografia**, 2008. Disponível em: <http://www2.fct.unesp.br/nera/atlas/espaco_territorio.htm#espaco>. Acesso em: 22 out. 2013.

HEIDRICH, Álvaro Luiz; COSTA, Benhur Pinos da; PIRES, Cláudia Luiza Zerefino, (Org.) **Maneiras de ler: Geografia e cultura**. Porto Alegre. Imprensa Livre: Compasso Lugar Cultura, 2013. 267 p. Disponível em: <<http://www.compassolugarcultura.com/arquivodoc/FINAL-ManeirasLerGeografiaPDF.pdf>>. Acesso em: 16 maio 2014.

LIMA, Gerson Diniz. **Agricultura camponesa em territórios de comunidades quilombolas rurais no Alto Jequitinhonha – Minas Novas/MG**. 2010. 251 f. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-graduação em Geografia. Instituto de Geociências da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, MG, 2010.

LIMA, Ana Cristina Alves. **Contribuições teóricas da Psicologia** (Psicanálise, Fenomenologia e Behaviorismo). UNIARA – Centro Universitário de Araraquara. Araraquara, São Paulo, 2014. 11p.

MACHADO, Lucy Marion Calderini Philadelpho. Percepção da paisagem: conceituação, observação, descrição, vivência. **Conteúdos e Didáticas da Geografia**. UNESP, 2013. 50p. Disponível em: <http://www.acervodigital.unesp.br/bitstream/123456789/47176/1/u1_d22_v9_t03.pdf>. Acesso em: 19 maio 2014.

MORAES, Antônio C. R. **Geografia: pequena história crítica**. São Paulo, 1983. 138p.

NEER, Grupo de Estudos em Espaço e Representações. **Apresentação**. Disponível em: <http://www.neer.com.br/home/?page_id=24>. Acesso em: 16 maio 2014.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. 10.ed. Rio de Janeiro: Record, 2003. 174p.

SANTOS, Milton. Uma ontologia do espaço: noções fundadoras. In: **A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção**. 4. ed. São Paulo: Edusp, 2012. p.29-110. (Coleção Milton Santos, 1).

SOUTO, Paulo. **Transposições do Rio São Francisco: Um projeto sem sustentação**. Discurso pronunciado pelo Senador Paulo Souto no Plenário do Senado Federal em 03/04/2001. Senado Federal. Brasília, DF, 2001.

THOMPSON, Paul. **A voz do passado**. História oral. São Paulo: Paz e Terra, 1992. 385p.

TUAN, Y. F. **Topofilia** – Um estudo da percepção e valores do meio ambiente. São Paulo: Difel, 1980. 288p.

SOBRE OS AUTORES

André Tomé de Assis - Doutor em geografia pela Universidade Federal de Minas Gerais, cursou período de doutorado sanduíche na Universidade de Coimbra, em Portugal. Possui mestrado em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente, especialização em Gestão Ambiental e graduação em Geografia. Atua como tutor presencial na educação à distância, no curso de bacharelado em Geografia da UFMG; e como professor efetivo no ensino básico da Secretaria de Estado da Educação de Minas Gerais. Possui experiência como professor no ensino superior presencial. Atua em pesquisas ligadas ao Desenvolvimento Regional, a Geografia Urbana, Agrária e Cultural.

Maria Aparecida dos Santos Tubaldini - Possui graduação em Licenciatura Em Geografia pela Universidade Estadual Paulista/Rio Claro (1975), graduação em Bacharelado Em Geografia pela Universidade Estadual Paulista/Rio Claro (1981), mestrado em Programa de Pós-Graduação em Geografia pela Universidade Estadual Paulista/Rio Claro (1982) e doutorado em Programa de Pós-Graduação Em Geografia pela Universidade Estadual Paulista/Rio Claro (1992). Atualmente é professora Titular na Universidade Federal de Minas Gerais. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Agrária, atuando principalmente nos seguintes temas: agricultura familiar, campesinato quilombolas, organização do espaço rural, sustentabilidade na agricultura, geografia agrária e geoprocessamento.

Recebido para publicação em novembro de 2015

Aceito para publicação em novembro de 2015